



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1004321-27.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica**  
 Requerente: **JAN CARLOS CISCARE**  
 Requerido: **COMPANHIA LUZ E FORÇA SANTA CRUZ**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Ju Hyeon Lee**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do artigo 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença.

### DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra sua inserção junto a órgãos de proteção ao crédito realizada pela ré.

Alegou que tal inscrição derivou de débitos pela utilização de energia elétrica em imóvel onde nunca residiu, razão pela qual foi indevida.

É incontroversa a negatização do autor levada a cabo pela ré em decorrência do consumo de energia elétrica no imóvel situado na Rua Jerônimo Terra, 67, como admitido em contestação (fl. 46).

Enquanto o autor sustentou que não teve qualquer ligação com esses fatos, até porque nunca morou fora da cidade de São Carlos, a ré alegou a regularidade de seu procedimento, confirmando a utilização da energia em apreço pela mesma.

O quadro delineado permite concluir que a ré não juntou sequer indícios de que o autor fosse efetivamente quem usou a energia elétrica que rendeu ensejo à sua negatização, não demonstrando concretamente sequer a relação de pertinência entre ela e o imóvel correspondente.

Nem mesmo detalhou quais os documentos que apresentados fizeram atribuir ao autor a condição de titular da unidade consumidora em apreço.

Bem por isso, a pretensão deduzida merece



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

acolhimento no particular para a retirada da negativação verificada, ausente lastro a alicerçá-la.

Solução diversa aplica-se ao pedido de recebimento de indenização para reparação de danos morais.

Mesmo que se admita que a indevida negativação propicie danos dessa natureza, os documentos de fls. 31/32 demonstram que o autor ostenta diversas outras que são diversas da presente e que não foram todas impugnadas por ela (cf. fls. 83/85).

Tal circunstância inviabiliza o pedido a esse título consoante pacífica jurisprudência:

*“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.”* (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

*“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.”* (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Não se vislumbra, portanto, que o autor tivesse sofrido danos morais passíveis de ressarcimento.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para excluir a negativação tratada nos autos e tornar definitiva a decisão de fl. 19.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no artigo 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

São Carlos, 15 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**